



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Saúde**

**Junta de Recursos - SES-MG**

**Parecer nº 13/SES/GAB-JRECURSOS/2024**

**PROCESSO Nº 1320.01.0063368/2021-45**

### **JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL**

**ASSUNTO:** Análise de Recurso Administrativo

**AUDITADO:** Sistema Municipal de Saúde/SMS de Uberaba

**UNIDADE VISITADA:** Hospital Regional José Alencar

**MUNICÍPIO:** Uberaba

**SEI:** 1320.01.0063368/2021-45

**ATIVIDADE SISAUD:** 672

**RECORRENTES:**

- Sra. *J. L. R.* (pessoa física) Ofício nº 02-2023, de 02/09/2023.
- FUNEPU (pessoa jurídica) e Sra. *J. B. A. R.* (pessoa física), SEU (pessoa jurídica) e Sr. *M. P.* (pessoa física)
- Ofício nº 107/2023 -HRJA, de 10/10/2023
- SMS (pessoa jurídica) - interposição de recurso ao Relatório Final na Unidade Visitada/Hospital Regional José Alencar.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de auditoria programada, realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) Uberlândia e Patos de Minas, no Sistema Municipal de Saúde de Uberaba, tendo como unidade visitada o Hospital Regional José Alencar, no período

compreendido entre 5 a 8/10/2021, para atender ao Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

A auditoria em questão originou os Ofícios de Notificação SES/AUDSUS nº 431/2023, 432/2023, 433/2023, 434/2023, 435/2023, 436/2023, 437/2023, 438/2023 e 439/2023, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

### **Relatório Final na Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde:**

#### **• Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:**

**1 - Constatação nº 646409** - A SMS celebrou instrumentos jurídicos com a Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEPU) para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal) referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade do Hospital Regional José Alencar em desacordo com as regras que viabilizaram os repasses.

**2 - Constatação nº 646415** - A SMS não realiza o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com a Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEPU) para gerenciamento e execução de ações no enfrentamento da COVID-19 no Hospital Regional José Alencar, conforme determina os termos de convênio.

**3 - Constatação nº 646416** - A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital Regional José Alencar.

**4 - Constatação nº 646417** - A SMS não realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital Regional José Alencar, no atendimento de casos da COVID-19.

**5 - Constatação nº 646418** - A SMS não valida os dados e informações referentes à prestação parcial e/ou total de contas do Hospital Regional José Alencar conforme estabelecido no Termo de Compromisso no 819/7265/2020 e normas que regulamentam os repasses.

**6 - Constatação nº 646419** - A SMS não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

**7 - Constatação nº 646421** - O RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

**8 - Constatação nº 646422** - A SMS não promoveu a devida alteração/complementação na LDO/LOA para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

### **Relatório Final no Hospital Regional José Alencar:**

- **Penalidade de Advertência Escrita em consequência da constatação não conforme:**

**1 - Constatação nº 646402** - O Hospital Regional José Alencar não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados.

- **Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos em consequência da constatação não conforme:**

**2 - Constatação nº 646407**- Recebimento indevido de recursos das Resoluções SES/MG n.º 7265/2020, 7395/2021, 7396/2021 e 7446/2021, referentes respectivamente aos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2020 e fevereiro de 2021.

### **PARECER**

A Secretaria Municipal de Saúde de Uberaba não apresentou defesa em 2ª instância, após recebimento do Relatório Final relativo as não conformidades relacionadas ao SMS. Encaminhou o Ofício DAJS/SMS nº 1201/2023, solicitando novo prazo de 60 dias para apresentação do recurso relativo especificamente à constatação 646407 (Relatório Final/Hospital).

A Sra. *J. L. R.* (pessoa física) encaminhou justificativa por meio do Ofício nº 02-2023, de 02/09/2023, o qual conhecemos por sua tempestividade e legitimidade. Vejamos:

*“Primeiro, conforme consta do Relatório Consolidado apresentado, fica claro e cristalino a AUSENCIA de participação da Dra. J.L.R., em qualquer ato que originou a referida Auditoria, sequer existe assinatura da mesmo em qualquer Aditivo, Termo de Convenio, Portaria, Ofício, etc. relacionado ao pequeno período que esteve a frente da Secretaria Municipal de Saúde, ou seja,*

*entre os dias 01 de janeiro de 2021, através do Decreto nº 016, e EXONERAÇÃO publicada no Diário Oficial aos 20 de janeiro de 2021, através do Decreto no 152.*

*Segundo, e talvez o aspecto mais importante e não analisado pela Auditoria, e quanto a INDIVIDUALIZAÇÃO e PARTICIPAÇÃO de cada membro envolvido, haja vista que como consta do Relatório Consolidado a Auditoria abrange o período entre 01 de Março de 2020 a 31 de Agosto de 2021.*

*Ora, no mínimo deveria haver a INDIVIDUALIZAÇÃO dos envolvidos em seus respectivos períodos de atuação, para aí sim apontar responsabilidades e possíveis penalidades, tratar todos de forma geral e genérica leva a nulidade da referida Auditoria e suas conclusões.*

*Terceiro, durante os 20 (vinte) dias que esteve atuando junto a Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Uberaba – MG, a referida Auditoria não apontou qualquer ato de irregularidade e ou infração cometido no período de 01 de janeiro de 2021 a 20 de janeiro de 2021, muito menos apontou qualquer prejuízo ao erário público causado pela Recorrente durante o referido período.*

*A Recorrente, volta a frisar, não possuindo qualquer responsabilidade quanto aos fatos apresentados no Relatório Consolidado da Auditoria durante o período de 01 de janeiro de 2021 a 20 de janeiro de 2021, se coloca à disposição para melhor solução dos fatos, haja vista que não houve qualquer irregularidade praticada pela mesma durante o referido período, muito menos deu causa a qualquer prejuízo ao erário público e ou a terceiros.*

*Logo, por todo o exposto, e com respeito ao princípio da boa-fé e transparência nas relações pessoais, contratuais e comerciais, com fulcro no artigo 422 do Código Civil Brasileiro, deve a empresa de Auditoria, analisar o presente RECURSO para INDIVIDUALIZAR os atos praticados, bem como seus respectivos períodos, vez que a Recorrente – J.L.R, esteve à frente da Secretaria Municipal de Saúde durante o período de 01 de janeiro de 2021 a 20 de janeiro de 2021.*

*Ao final, deverá apontar especificadamente os atos das supostas irregularidades praticados durante o período de 01 de janeiro de 2021 a 20 de janeiro de 2021, período em que atuou junto a Secretaria de Saúde da cidade de Uberaba – MG, vez que ao final, será EXCLUIDA do procedimento de Auditoria realizado, haja vista a inexistência de irregularidade no período apontado, e que caso este não seja o entendimento, que seja instaurado o devido processo legal e garantindo a mesma o direito ao contraditório e a ampla defesa.*

**Requer** ao final, sejam todas as intimações, notificações, comunicações, pedidos de esclarecimentos ou informações, encaminhados para os endereços abaixo indicados, bem como sejam encaminhadas para seu advogado, **Dr. F.L.R, OAB/MG**

**94.293, Avenida Rondon Pacheco, nº 2300, 4º piso, sala 154, Bairro Saraiva, telefone: 34 99971-9227, e-mail: fredericolimaadv@gmail.com, Uberlândia, Estado de Minas Gerais.”**

Conforme verificado, a manifestação da Recorrente não adentra no mérito relativo ao conteúdo das constatações não conformes indicadas pela equipe de auditoria. A manifestação em questão objetiva eximir a ex-gestora de eventual responsabilização advinda dos fatos apontados.

Nesse sentido, importa apontar que o Ofício direcionado à Recorrente é claro no sentido de que as penalidades e/ou medidas corretivas propostas são direcionadas ao ente auditado (Sistema Municipal de Saúde), situação em que se notificam também as pessoas passíveis de possíveis responsabilizações, em atendimento ao que dispõe a normativa pertinente:

- Constituição Federal:

“ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

(...)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

- Lei Federal nº 9784/1999, que regulamenta o processo no âmbito da Administração Pública:

(...)

Art. 9º São legitimados como interessados no processo administrativo:

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

Ante ao exposto, reforçamos que as penalidades e/ou medidas corretivas propostas são direcionadas ao SMS auditado, não tendo como sujeito passivo/punível no âmbito do presente processo de auditoria a pessoa física notificada.

Quanto a possível responsabilização por parte da Recorrente, a equipe de auditoria já se manifestou, conforme se extrai do campo análise da justificativa, fls. 21, 69641665, (Relatório Final de Auditoria). Vejamos:

*“Sra. J.L.R. atuou como dirigente da Secretaria Municipal de Saúde de Uberaba entre os dias 01 e 20/01/2021, período este contemplado na constatação.*

*Foi qualificada e responde somente pelos atos praticados durante a sua gestão, ou seja, pelos leitos de UTI adulto disponibilizados pelo HRJA no mês de janeiro/2021, em especial entre os dias 01 e 20/01/2021, que pelo plano de contingência (anexo tabela 03) eram 40 leitos no total (10 existentes e 30 novos) e que pelos relatórios da CAC, foram equivalentes a 40 leitos nesse intervalo de dias. Portanto, considerando reanálise dos dados descritos na evidência, observa-se que entre os dias 01 e 20/01/2021 os registros demonstram que houve 40 leitos em funcionamento no hospital o que está em consonância com os recursos recebidos nestes dias. Fica assim a Sra J.R.L. eximida de qualificação na presente constatação.”*

O Hospital Regional José Alencar também apresentou recurso administrativo, o qual conhecemos por sua tempestividade e legitimidade.

1 – Constatação nº **646402** - O Hospital Regional José Alencar não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados.

A equipe de auditoria transcreveu o texto da evidência em anexo ao relatório final, cuja conclusão apontou:

*“Tais circunstâncias confirmam a inexistência de atualização com fidedignidade das informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 registrados nos sistemas preconizados.”*

### **Manifestação em 2ª instância:**

*“.... O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) é um sistema de informação gerencial do SUS que visa coletar e armazenar dados sobre os serviços de saúde do país. No entanto, não se trata de sistema a prova de falhas, o qual pode conter erros e inconsistências.*

*Em que pese a alegação de tratar-se do “sistema oficial de registro do quantitativo de leitos”, os dados do CNES não são o único parâmetro existente para avaliação da disponibilidade de leitos em um Hospital. O **censo diário de leitos**, que foi enviado à época dos fatos pela unidade à SMS/Uberaba, é um documento mais confiável, notadamente por haver sido elaborado por profissionais de saúde que tinham conhecimento direto da realidade do hospital.*

*No caso do HRJA, os censos diários de leitos eram enviados à SMS/Uberaba diariamente, nos moldes e parâmetros já informados – e evidenciados – nos autos do processo administrativo, e referidos dados foram acompanhados de perto pela Secretaria Municipal de Saúde. A SMS/Uberaba tinha acesso a todas as informações sobre a disponibilidade de leitos no HRJA e podia, além de realizar auditorias in loco sempre que oportuno e/ou necessário, tomar as decisões necessárias para garantir o atendimento aos pacientes, inclusive por advento da atuação do **Complexo Regulador Municipal**, órgão responsável pela determinação dos pacientes a serem internados e eventuais transferências.*

*Necessário ter em mente que o momento da pandemia foi extremamente difícil para todos. O medo e a insegurança eram constantes, e isso causou grandes impactos na equipe de colaboradores do HRJA, assim como na população em geral. O HRJA atendeu diversos municípios dentro da Macrorregião do Triângulo Sul e, durante toda a pandemia, mostrou-se como peça-chave no tratamento da COVID-19 em Uberaba e região. A eficácia do modelo de gestão adotado pelas Mantenedoras FUNEPU e SEU é incontestável, sendo adotadas as melhores estratégias disponíveis à época no intuito de prestar a melhor assistência possível à sociedade.*

*Os profissionais de saúde do HRJA trabalharam incansavelmente para salvar vidas, e os censos diários de leitos foram uma ferramenta essencial para garantir o atendimento aos pacientes, sem parceria com a Regulação Municipal, sob gestão da SMS/Uberaba.*

*A SMS/Uberaba teve acesso a todas as informações sobre a disponibilidade de leitos no HRJA e podia, a qualquer tempo, tomar as decisões necessárias para garantir o melhor atendimento aos pacientes, notadamente diante de seu papel preponderante à frente do Conselho Gestor da Instituição.*

*A equipe auditora apontou questionamentos referentes à **fidedignidade das informações** relacionadas ao **quantitativo de leitos COVID-19**. No entanto, entendemos que os documentos apresentados pelas Mantenedoras SEU e FUNEPU são suficientes para demonstrar inequivocadamente que não há que se cogitar eventuais não conformidades em relação ao quantitativo de leitos ativos durante o período, uma vez que as informações foram prestadas a contento.*

*Todos os documentos solicitados pela equipe auditora forma apresentados pelas Mantenedoras SES e FUNEPU dentro dos prazos, existindo durante toda a atuação da auditoria um forte espírito de colaboração. A equipe realizou trabalhos in loco na sede do HRJA e todos os documentos solicitados forma disponibilizados celeremente pela equipe deste nosocômio.*

*Os documentos apresentados demonstram que o HRJA cumpriu todas as suas obrigações de manter os recursos humanos e materiais necessários para a abertura dos leitos conforme fases de implantação previstas no plano de trabalho vigente.*

*Os censos diários de leitos enviados pela unidade à SMS/Uberaba são suficientes para demonstrar que os dados informados sobre a disponibilidade de leitos eram fidedignos.*

*O plano de trabalho de HRJA previa a ativação de fases gradativas, as quais eram ativadas conforme determinação da SMS/Uberaba. Com o aumento do número de casos, era instalada uma nova fase. Necessário salientar que a **estratificação dos planos de trabalhos em fases** visava compatibilizar a **estrutura ativa** dentro da capacidade instalada do HRJA com a **demanda apresentada pela SMS/Uberaba**. Cada fase previa quantitativos específicos de leitos a serem ativados em cada unidade assistencial, bem como os respectivos custos referentes ao cumprimento das obrigações de cada uma das Mantenedoras – FUNEPU e SEU.*

*A ativação ou desativação de fases, com a consequente ampliação ou redução do número de leitos ativos dentro de cada unidade assistencial do HRJA, era determinada pela SMS/Uberaba, tendo por bases a **necessidade de leitos para o enfrentamento à pandemia**.*

*Outro ponto que merece atenção diz respeito ao fato de que durante a pandemia o HRJA, assim como os demais estabelecimentos de referencia no Brasil, ficou responsável por preencher e encaminhar relatórios de diversas modalidades para variados órgãos fiscalizadores, contribuindo para o acompanhamento do cenário pandêmico, incluindo-se quantitativo de equipamentos, estoques de medicamentos destinados ao tratamento da COVID-19, quadro de recursos humanos, censo diário e disponibilidade de leitos, etc. Cada relatório traçava diferentes balizas e parâmetros, a exemplo dos horários no qual o censo deveria ser encaminhado – a quantidade de leitos ocupados e disponíveis oscila ao longo do dia.*

*Ora.... A quantidade total de leitos ativos no HRJA em determinado período de todos os censos encaminhados diariamente à SMS/Uberaba, bem como a quantidade de leitos ocupados e disponíveis em cada uma das unidades assistenciais. No que concerne à **regulação assistencial**, conforme supramencionado, esta era determinada pela SMS/Uberaba, por intermédio de seu **Complexo Regulador Municipal**.*

*Outro ponto a ser tido em conta é que as Mantenedoras FUNEPU e SEU mantiveram, ao longo de cada fase, a estrutura **física** e de **recursos humanos** adequadas ao número de leitos ativos em cada unidade assistencial.*

*No que concerne aos **recursos humanos**, é de conhecimento geral que o período da pandemia foi marcado por diversos desafios relacionados à contratação de colaboradores de determinadas categorias profissionais de modo que, no intuito de assegurar a qualidade da prestação da assistência aos pacientes, para a ativação de uma fase eram promovidas as contratações relacionadas à manutenção total do quantitativo de leitos a ser ativado. Deste modo, mesmo que apenas uma fração dos leitos estivesse ocupada, o quadro de pessoal não era alterado. São exemplos de fatores que justificaram referida estratégia:*

*1. **Aumento da demanda por profissionais de saúde**. A pandemia de COVID-19 gerou um aumento significativo na demanda por profissionais de saúde, tanto em número quanto em qualificação. Isso ocorreu devido ao aumento do número de casos e de internações, bem como à necessidade de profissionais especializados para o tratamento da doença.*

*2. **Redução da oferta de profissionais de saúde**. A pandemia também gerou uma redução da oferta de profissionais de saúde, devido a fatores como:*

*a. **Exaustão dos profissionais de saúde**. Os profissionais de saúde que trabalharam na linha de frente do combate à pandemia enfrentaram um grande desgaste físico e emocional. Isso levou a um aumento do número de profissionais que se afastaram de suas funções, seja por licença médica, seja por aposentadoria precoce.*



**b. Morte de profissionais de saúde.** A pandemia também causou a morte de um número significativo de profissionais de saúde, que foram vítimas da COVID-19.

**c. Migração de profissionais de saúde.** A pandemia também levou a uma migração de profissionais de saúde para outros países, que ofereceram melhores condições de trabalho e remuneração.

Esses argumentos são evidenciados por diversos estudos e pesquisas realizadas no Brasil e no mundo. Por exemplo, um estudo realizado pela Fundação Getúlio Varga (FGV) em 2022, mostrou que a pandemia de COVID-19 gerou um déficit de 100 mil profissionais de saúde no Brasil. Outro estudo, realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2021, mostrou que a pandemia gerou um aumento de 40% na demanda por profissionais de saúde no mundo<sup>1</sup>.

Essa dificuldade de contratação de recursos humanos teve um impacto significativo no atendimento aos pacientes durante a pandemia. Em muitos casos, os hospitais tiveram que reduzir o número de leitos disponíveis ou mesmo fechar as portas, devido à falta de profissionais.

Quanto aos **materiais e medicamentos**, o consumo foi diretamente proporcional ao número de pacientes atendidos, com a manutenção de estoques de segurança.

Possível concluir, portanto, que os documentos e informações disponibilizados à **Assessoria de Auditoria Assistencial do SUS/MG** durante todo o período correspondente aos trabalhos foram idôneos à demonstração inequívoca de que o quantitativo de leitos foi informado, em tempo real, para todos os órgãos fiscalizadores, bem como à SMS/Uberaba, a qual era diretamente responsável pela regulação de pacientes, bem como pela determinação da ativação das fases dos Planos de Trabalho vinculados à atuação do HRJA como referência para assistência a pacientes com COVID-19 durante todo o período pandêmico.”

Da normativa que rege o tema:

- Resolução de Diretoria Colegiada/RDC/ANVISA, de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde:

(...)

Art. 13. O serviço de saúde deve estar inscrito e manter seus dados atualizados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017, que contém a consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde:

(...)

**Subseção II****Dos Deveres e Condições de Informação da CIHA**

**Art. 340.** Fica determinado que todos os estabelecimentos de saúde situados no território nacional, públicos e privados, integrantes ou não do SUS, devem informar ao Ministério da Saúde, por intermédio dos gestores municipais ou estaduais, a ocorrência de todas as internações, independente da fonte de remuneração dos serviços prestados. (Origem: PRT MS/GM 1171/2011, Art. 2º)

**§ 1º** Para fins de concessão e renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) é obrigatória à informação dos atendimentos ambulatoriais, independente da fonte de remuneração dos serviços prestados. (Origem: PRT MS/GM 1171/2011, Art. 2º, § 1º)

**§ 2º** A obrigatoriedade de informação de todos os atendimentos ambulatoriais em regime não SUS realizados em território nacional, para todos os estabelecimentos de saúde públicos e privados, integrantes ou não do SUS, será regulamentada por legislação específica e realizada de forma gradual em conformidade com o desenvolvimento de solução tecnológica para a internet. (Origem: PRT MS/GM 1171/2011, Art. 2º, § 2º)

(...)

**Seção II****Das Responsabilidades e Competências**

(Origem: PRT MS/GM 1646/2015, CAPÍTULO II)

**Art. 364.** O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são de responsabilidade de cada estabelecimento de saúde, através de seus responsáveis técnicos ou responsáveis administrativos. (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 7º)

(...)

**Art. 369.** São responsabilidades das direções municipais do SUS, em relação ao CNES: (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 12)

**I** - subsidiar e apoiar a implantação e a manutenção do CNES em seu território; (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 12, I)

**II** - apoiar o cadastramento dos estabelecimentos de saúde de seu território, públicos ou privados, integrantes ou não do SUS, que estejam sob seu comando ou cujo comando esteja compartilhado com a esfera estadual; e (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 12, II)

**III** - fiscalizar, auditar, validar ou alterar, quando necessário, o cadastro dos estabelecimentos de saúde integrantes do SUS que estejam sob seu comando ou cujo comando esteja compartilhado com a esfera estadual. (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 12, III)

(...)

**Seção III****Do Processo de Cadastramento e Manutenção ou Atualização Cadastral**

(Origem: PRT MS/GM 1646/2015, CAPÍTULO III)

**Art. 370.** O processo de cadastramento e manutenção ou atualização cadastral proposto para os estabelecimentos de saúde é feito totalmente em meio eletrônico, em periodicidade minimamente mensal ou imediatamente após sofrerem modificações de suas

*informações, através de aplicativos computacionais ou serviços de internet "webservices" disponibilizados pelo Ministério da Saúde (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 13) (...)*

**- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017, que contem a consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde:**

***ANEXO XXIV***

*Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)*

***ANEXO 2 DO ANEXO XXIV***

*Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)*

*(...)*

***CAPÍTULO III***

*DAS RESPONSABILIDADES DOS HOSPITAIS*

*(Origem: PRT MS/GM 3410/2013, CAPÍTULO III)*

*(...)*

***Seção I***

*Do Eixo de Assistência*

*(Origem: PRT MS/GM 3410/2013, CAPÍTULO III, Seção I)*

*(...)*

***Art. 7º*** *Quanto ao eixo de assistência, compete aos hospitais: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 7º)*

*(...)*

***V*** *- realizar a gestão de leitos hospitalares com vistas à otimização da utilização; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 7º, V) (...)*

Conforme verificado o Recorrente informa que possui censo diário de leitos, consistente em documento elaborado por profissionais de saúde e que é mais confiável; que referido documento, uma vez encaminhado diariamente a SMS, possibilitava o acesso a todas as informações sobre a disponibilidade de leitos.

Importante apontar que alegação similar foi direcionada à equipe de auditoria quando da manifestação em primeira instância. A equipe por sua vez, informou que teve acesso ao censo em questão, mas que foram verificadas distorções, quando comparados com os dados extraídos do CNES.

Assim sendo, tendo em vista que o CNES consiste em um cadastro nacional que possibilita, dentre outras coisas, base de cálculo para pagamento de incentivos, bem como informações fidedignas sobre o quantitativo de leitos, nossa opinião é no sentido de que as argumentações do recorrente não são suficientemente válidas a afastar a irregularidade identificada.

Nesse sentido, nossa opinião é pela manutenção da penalidade proposta pela AUDSUS/SES.

2 – Constatação nº **646407** - Recebimento indevido de recursos das Resoluções SES/MG 7265/2020, 7395/2021, 7396/2021 e 7446/2021, referentes respectivamente aos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2020 e fevereiro de 2021.

A equipe de auditoria transcreveu a fonte de evidência por anexo ao relatório final:

*“Em virtude da limitação do espaço neste campo no sistema SISAUD, o texto da evidência consta no Anexo 02.*

*Portanto, para os fatos elencados no anexo 02, nos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2020 e janeiro e fevereiro de 2021, não foram identificados evidências que demonstrem que o total de leitos de UTI adulto tipo II e UTI II Adulto Síndrome Resp. Aguda Grave (SRAG) COVID-19 pagos pelas Resoluções SES/MG nºs 7265/2020, 7395/2021, 7396/2021 e 7446/2021 realmente estiveram disponíveis e em funcionamento (implantados) para utilização pelo SUS, na instituição, no total de 3.910 diárias, perfazendo o montante de R\$ 3.376.000,00 (três milhões, trezentos e setenta e seis mil reais).”*

**Assim se manifestou o Recorrente:**

#### **"5. Sobre a Constatação nº 646407**

*Conforme é possível observar à página 21 do Relatório Consolidado, figuram como **responsáveis pela Constatação nº 646407** o Fundo Municipal de Saúde, a Prefeitura Municipal de Uberaba e os ex-Secretários Municipais de Saúde, Sr. Iraci José de Souza Neto e Dr. Sétimo Bóscolo Neto.*

*Após as considerações sobre a matéria, o relatório recomenda à SMS/Uberaba e ao Fundo Municipal de Saúde de Uberaba que efetuem a devolução imediata com recursos próprios ao Fundo Estadual de Saúde do valor original de R\$ 3.376.000,00 (três milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), devidamente atualizado (página 22).*

*A matéria objeto da constatação **ainda não transitou em julgado**, estando sujeita a novas discussões, avaliações e, inclusive, a possível mudança de posicionamento por parte da Assessoria de Auditoria Assistencial do SUS/MG. Ademias, **não compete aos subscritos do presente documento opinar sobre eventual (im)procedência da matéria**, notadamente diante do fato de que foram arrolados como responsáveis no rol da pág. 21 do Relatório de Auditoria nº 672.*

*Todavia, imprescindível levar em conta que o **Termo de Convênio nº 231/2017 e 232/2017**, celebrado com a FUNEPU e a SEU para gestão do HRJA, encontra-se **vigente** na atualidade por força, tão somente, de **Termo de Ajustamento de Conduta – TAC** firmado junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o qual estabeleceu prazo de, no máximo, 1 (um) ano para que a SMS/Uberaba realiza **procedimento licitatório / Chamamento Público** para determinação de nova entidade gestora para assumir a gestão do estabelecimento hospitalar.*

*Nestes termos, nos valem do presente instrumento recursal para informar que, tendo em vista reunião de avaliação conjunta entre SMS/Uberaba, FUNEPU e SEU, realizada em 9 de agosto de 2023, foi acordada a realização de devolução por estas duas últimas instituições ao **Fundo Municipal de Saúde de Uberaba**, em caráter cautelaratório, dos valores mencionados no **Relatório de Auditoria nº 672**, conforme planilha a seguir (os comprovantes de transferência bancária seguem anexos):*

Devolução número	Resolução	Valor total da devolução	Valor a ser devolvido FUNEPU	Valor a ser devolvido SEU	Dados relacionados à devolução
402.370	7.265/2020	R\$ 2.160.000,00	R\$ 691.200,00	R\$ 1.468.800,00	Conta 109.529-3, ag. 15-9 BB
402.372	7.396/2021	R\$ 48.000,00	R\$ 14.404,80	R\$ 33.595,85	Conta 109.559-5, ag. 15-9 BB
402.371	7.395/2021	R\$ 720.000,00	R\$ 207.836,76	R\$ 512.163,24	Conta 109.559-5, ag. 15-9 BB
402.373	7.446/2021	R\$ 448.000,00	R\$ 135.699,20	R\$ 312.300,80	Conta 109.955-8, ag. 15-9 BB

*Salientamos, por oportuno, que a devolução pela FUNEPU e pela SEU dos valores supracitados ao Fundo Municipal de Saúde de Uberaba não implica qualquer juízo de valor quanto à procedência ou não das teses sustentadas no Relatório de Auditoria nº 672, remanescendo a autonomia da SMS/Uberaba para avaliar o cabimento de eventuais recursos quanto à matéria.*

*Contudo na hipótese de eventual prevalecimento da tese originalmente apresentada em aludido relatório, **não haverá qualquer pendência remanescente** sob responsabilidade das Mantenedoras FUNEPU e SEU em virtude de sua atuação na gestão do HRJA.*

## **6. Considerações finais**

*Em que pese o grande conhecimento dos membros integrantes da Assessoria de Auditoria Assistencial do SUS/MG sobre a matéria, nos valem da presente peça recursal para solicitar, a partir da avaliação dos elementos ora apresentados bem como de reanálise dos documentos auditados, a **revisão do posicionamento** relacionado à **Constatação nº 646402**.*

*Nossa solicitação fundamenta-se, em sínteses, no fato de que:*

- O quantitativo de leitos de cada unidade assistencial do HRJA foi determinado, ao longo de todo o período pandêmico, conforme ativação gradativa das fases previstas no plano de trabalho vigente pactuado junto à SMS/Uberaba.*
- Os censos diários encaminhados pela equipe do HRJA à SMS/Uberaba informavam com fidedignidade o quantitativo de leitos em cada unidade assistencial, especificando também sua ocupação no momento do encaminhamento, permitindo à SMS/Uberaba traçar as diretrizes relacionadas ao enfrentamento à pandemia.*
- Os indicadores referentes às taxas de ocupação de cada unidade assistencial do HRJA são extraídos de informações constantes do sistema MV, havendo sido disponibilizado à equipe auditoria durante a avaliação deste estabelecimento de saúde para avaliação e consulta, e os números são os mesmos apresentados à SMS/Uberaba.*
- A regulação assistencial de pacientes do SUS para os leitos COVID-19 foi realizada, durante todo o período, exclusivamente pelo Complexo Regulador Municipal da SMS/Uberaba.*

*As Mantenedoras do HRJA – FUNEPU e SEU – primam pela excelência da prestação do serviço para Uberaba/MG e todos os demais 26 (vinte e seis) municípios da Macrorregião do Triângulo Sul, bem como pelo princípio da transparência, acolhido como um dos valores organizacionais do Nosocômio.*

*Neste sentido, informamos que seguimos à disposição para prestar quaisquer informações que, porventura, se façam necessárias no intuito de aclarar quaisquer dúvidas.*

*Sem mais para o momento. (...)”*

Das Resoluções repassadoras dos incentivos em questão:

- Resolução SES/MG nº 7295, de 13 de novembro de 2020, que Autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, previstos em Portarias Ministeriais, a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção em atividade de leitos UTI SRAG COVID-19, no mês de novembro de 2020.*

*(...)*

*Art. 6º – Os hospitais deverão manter atualizadas as informações inerentes às operações do sistema SUSfácilMG, referentes ao quantitativo, à ocupação e regulação assistencial dos leitos.*

*Parágrafo único – Também deverá ser realizada a atualização permanente do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES/DATASUS, com inclusão das informações relativas ao quantitativo de leitos e equipamentos existentes, conforme os termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017. (...)*

- Resolução SES/MG nº 7.265, de 21 de outubro de 2020, que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, previstos na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, a título de incentivo emergencial e temporário pela disponibilização de leitos UTI COVID-19:  
(...)

*Art. 2º - Estão aptos ao recebimento do recurso financeiro de que trata esta Resolução os estabelecimentos relacionados nos Anexos II, III e IV que tenham disponibilizado novos leitos UTI no sistema SUSfácilMG previamente à sua habilitação pelo Ministério da Saúde e/ou seu credenciamento pela SES/MG, para o tratamento dos casos da COVID-19.*

*§ 1º - Para fins de cálculo do incentivo, foi considerado o número de leitos novos disponibilizados no SUSfácilMG entre julho e setembro de 2020.*

*§ 2º - Somente farão jus ao recebimento do recurso financeiro de que trata essa Resolução, os estabelecimentos que remeterem, até 06 de novembro de 2020, a Declaração para Adesão ao Incentivo Emergencial e Temporário pela Disponibilização de Leitos de UTI para Internação de Usuários do SUS com Coronavírus–COVID-19, conforme Anexo I, devidamente preenchida e assinada para scp.subreg@saude.mg.gov.br;*

**Art. 3º - Para cômputo do valor do incentivo considerou-se:**

*I - o quantitativo de novos leitos UTI disponíveis no SUSfácilMG, por competência (julho, agosto e setembro), excepcionalizando os leitos habilitados pelo Ministério da Saúde, bem como os leitos credenciados pela SES/MG, a partir da competência de sua publicação.*

*II - o valor unitário de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por competência, por leito disponibilizado. (...)*

- Resolução SES/MG nº 7.395, de 9 de fevereiro de 2021, que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, a título de incentivo emergencial e temporário, previstos na Portaria GM/MS nº 3.896, de 30 de dezembro de 2020:

(...)

*Art. 2º - Estão aptos ao recebimento do recurso financeiro de que trata esta Resolução os estabelecimentos relacionados nos Anexos I, II e III que tenham disponibilizado novos leitos UTI no sistema SUSfácilMG previamente à sua habilitação pelo Ministério da Saúde e/ou seu credenciamento pela SES/MG, para o tratamento dos casos da COVID-19. Parágrafo único - Para fins de cálculo do incentivo, foi considerado o número de leitos novos disponibilizados no SUSfácilMG em outubro de 2020.*

*Art. 3º - Para cômputo do valor do incentivo considerou-se: I - o quantitativo de novos leitos UTI disponíveis no SUSfácilMG na competência outubro de 2020, excepcionalizando os leitos habilitados pelo Ministério da Saúde, bem como os leitos credenciados pela*

*SES/MG, a partir da competência de sua publicação; e II - o valor unitário de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por competência, por leito disponibilizado. (...)*

- Resolução SES/MG nº 7396, de 9 de fevereiro de 2021, que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, previstos em Portarias Ministeriais, a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção em atividade de leitos UTI SRAG COVID-19, referentes ao mês de janeiro de 2021:

*(...)*

**Art. 2º** – *Estão aptos ao recebimento do recurso financeiro de que trata esta Resolução os estabelecimentos relacionados nos Anexos I, II e III, cujos leitos tenham sido mantidos em funcionamento, conforme atualizações da grade hospitalar do Plano de Contingência para enfrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavírus, no Estado de Minas Gerais, aprovadas em Deliberação CIBSUS/MG.*

**§ 1º** – *Para fins de cálculo do incentivo, foi considerado o número de leitos novos mantidos em funcionamento no mês de janeiro de 2021.*

**Art. 3º** – *Para o cômputo do valor do incentivo foram considerados:*

*I – o quantitativo de novos leitos UTI constantes na grade hospitalar do Plano de Contingência no mês de janeiro, com exceção dos leitos habilitados pelo Ministério da Saúde durante os dias do mês em que estava vigente a portaria ministerial;*

*II – o valor unitário de de R\$ 1.600,00/diária, correspondente ao custeio dos leitos de UTI Adulto e Pediátrico para tratamento de casos relacionados ao coronavírus, conforme previsto na Portaria nº 237, de 18 de março de 2020. (...)*

- Resolução SES/MG nº 7.446, de 19 de março de 2021, que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados ao custeio das ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus–COVID19, a título de incentivo emergencial e temporário:

*(...)*

**Art. 2º** – *Estão aptos ao recebimento do recurso financeiro de que trata esta Resolução os estabelecimentos relacionados nos Anexos I, II e III.*

**§ 1º** – *Para fins de cálculo do incentivo a ser repassado, foi considerado o número de leitos novos de UTI COVID constantes no Plano de Contingência para enfrentamento da pandemia de COVID-19 no mês de fevereiro de 2021.*

*(...)*

**Art. 3º** – *Para o cômputo do valor do incentivo foram considerados:*

*I – o quantitativo de novos leitos de UTI constantes na grade hospitalar do Plano de Contingência no mês de fevereiro, com exceção dos leitos habilitados e autorizados pelo Ministério da Saúde durante os dias do mês em que estava vigente a portaria ministerial;*

*II – o valor unitário de R\$ 1.600,00/diária, correspondente ao custeio dos leitos de UTI Adulto e Pediátrico para tratamento de casos relacionados ao coronavírus, conforme previsto na Portaria nº 237, de 18 de março de 2020; e (...)*



O Fundo Municipal de Saúde/FMS, apresentou pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa, bem como comprovantes de devolução ao FES, dos recursos financeiros repassados por meio das resoluções em questão:

Valores referentes às resoluções SES-MG: 7265, 7395, 7396 e 7446

Comprovante depósito bancário BB – 13.11.2023

- Uberaba c/c 109.529-3 para FES c/c 493033-9 – R\$ 2.160.000,00
- Uberaba c/c 109.529-3 para FES c/c 493033-9 – R\$ 475.157,61
- Uberaba c/c 109.529-3 para FES c/c 493033-9 – R\$ 2.833,39
- Uberaba c/c 109.529-3 para FES c/c 493033-9 – R\$ 6.331,18

O Recorrente, Hospital Regional José Alencar, conforme observado, não adentra no mérito com relação à constatação não conforme em questão. Em sua manifestação ele afirma que não faz juízo de valor acerca da procedência ou não dos fatos apontados pela equipe de auditoria. Entretanto, apresenta comprovantes de depósitos bancários, dos valores apurados, em conta bancária do FMS, com o fim de não deixar “pendência remanescente sob responsabilidade das mantenedoras FUNEPU e SEU:

**Comprovante depósito bancário BB – 27.9.2023**

- FUNEPU SMS Regional para Uberaba na c/c 109529-3 – R\$ 691.200,00
- FUNEPU SMS Regional para Uberaba na c/c 109559-5 – R\$ 14.404,88
- FUNEPU SMS Regional para Uberaba na c/c 109559-5 – R\$ 207.836,76
- FUNEPU SMS Regional para Uberaba na c/c 109955-8 – R\$ 135.699,20

**Comprovante depósito bancário Banco Santander – 6.10.2023**

- SEU para FMS Uberaba na c/c 109955-8 - R\$ 312.300,80
- SEU para FMS Uberaba na c/c 109529-3 – R\$ 1.468.800,00
- SEU para FMS Uberaba na c/c 109529-3 – R\$ 512.163,24
- SEU para FMS Uberaba na c/c 109529-3 – R\$ 33.595,85

## Conclusão

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes estabelecidos na Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes citadas no relatório de auditoria, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, entretanto, ficou evidenciado que não houve apresentação de justificativas, por parte do ente municipal, quanto às constatações não conformes apontadas no Relatório Final/SMS, situação em que entendemos pela manutenção das penalidades de Advertência Escrita aplicadas.

Em relação à constatação nº **646402** (Relatório Final/Hospital), ante a falta de argumentações válidas, acompanhadas de suporte probatório apto a afastar a irregularidade identificada, entendemos pela manutenção da penalidade de Advertência Escrita.

Em relação à constatação nº **646407**, para a qual foram propostas penalidades de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos, foram encaminhados comprovantes bancários da devolução dos incentivos recebidos referentes às Resoluções SES-MG nº 7.265/2020, 7.395/2021, 7.396/2021 e 7.446/2021, tanto pelo hospital, quanto pelo SMS. Desse modo, entendemos pelo conhecimento do recurso, concedendo-lhe provimento parcial, ficando afastada a medida corretiva de devolução de recursos, em virtude do seu cumprimento e mantida a penalidade de Advertência Escrita ao Hospital Regional José Alencar.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **84336148** e o código CRC **C45D7984**.